Carta Aberta
Encontro Nacional das Usuárias e dos Usuários do SUAS

Nós, usuárias e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), viemos de todas as regiões do Brasil. Das periferias das grandes cidades, do sertão, das aldeias, dos quilombos, das beiras de rio da Amazônia, das comunidades ciganas, das ruas e dos pequenos municípios onde o CRAS é muitas vezes a única porta aberta do Estado. Reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de outubro de 2026, afirmamos que somos sujeitas(os) de direitos, protagonistas das nossas histórias e parte indispensável da construção das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 reconhece a assistência social como direito de quem dela precisar e dever do Estado, e as normas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) garantem nosso direito de participar, de ser ouvidas(os), de receber atendimento digno e de fiscalizar o uso dos recursos públicos. Sem a nossa voz, o SUAS fica incompleto. Esta carta precisa ecoar.

O SUAS é uma conquista histórica do povo brasileiro, e temos muito a defender. O Cadastro Único, porta de entrada para mais de 40 programas sociais do Governo Federal, foi reformulado para retratar o perfil real de cada pessoa, cruza dados com outros sistemas do governo e reúne hoje 43,6 milhões de famílias, quase 96 milhões de pessoas, com 90% dos cadastros atualizados. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantido pela Constituição às pessoas idosas a partir de 65 anos e às pessoas com deficiência, estas após avaliação biopsicossocial, chega a cerca de 6 milhões de brasileiras e brasileiros, com média de 750 mil novas concessões por ano. O Programa Bolsa Família, referência mundial no combate à fome e à pobreza, ajudou o Brasil a sair do Mapa da Fome pela segunda vez em 2025. Cada um desses números tem rosto, nome e endereço. Somos nós!

Está em construção o III Plano Decenal da Assistência Social, que vai orientar o SUAS de 2027 a 2037, e esta é a hora de preservar cada avanço e enfrentar com coragem o que ainda falta. Serviço aberto ainda é pouco, porque o direito precisa chegar de verdade a cada pessoa, com qualidade e respeito. Quem vive o território enxerga o que os números nem sempre mostram, e por isso queremos estar onde as decisões são tomadas, acompanhar sua execução e transformar nossas necessidades em propostas. Vivemos tempos de instabilidade institucional e de avanço do iliberalismo, ou seja, de ideias que enfraquecem a democracia, tratam direitos como prêmio por mérito e negam a equidade. A democracia é o terreno onde a proteção social floresce, e vamos defendê-la com um controle social livre do burocratismo, apoiado em sujeitas(os) coletivos, em agendas construídas em conjunto com representantes que falem em nome do coletivo.

Queremos nossa voz em cada espaço de decisão, porque o SUAS, seus programas e seus benefícios existem para responder às nossas demandas. Defendemos conselhos de assistência social representativos, com suas deliberações respeitadas pelos gestores, fiscalização efetiva da política e a estrutura que o órgão gestor tem a responsabilidade de garantir. Pedimos financiamento para a nossa participação, com reconhecimento e apoio financeiro aos Fóruns de Usuários e recursos para que mães conselheiras possam participar acompanhadas de suas/seus filhas(os). Propomos aprimorar a Resolução CNAS nº 100, de 2023, para ampliar a presença de usuárias e usuários nas instâncias de deliberação, e garantir formação e educação permanente que fortaleçam nossa capacidade de participar, mobilizar, fiscalizar e defender direitos. Exigimos transparência na aplicação dos recursos repassados a estados e municípios, com papel ativo dos conselhos, cumprimento dos direitos das usuárias e dos usuários e responsabilização de quem descumprir as normas do SUAS. Queremos também espaços para que adolescentes participem dos conselhos e das conferências, e seguiremos mobilizadas(os) em defesa da democracia e dos direitos sociais, fortalecendo nossa organização coletiva.

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

ENCONTRO NACIONAL DOS (AS) USUÁRIOS (AS) DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ SUAS

Sem recurso garantido, o serviço fecha, a equipe vai embora e o direito fica no papel. Por isso lutaremos pela aprovação da PEC 7/2026, de financiamento do SUAS, com campanhas e incidência junto ao Senado Federal e nas redes sociais, mantendo a mobilização permanente diante das dificuldades do caminho, e pela criação de um Programa de Aceleração do Crescimento do Sistema Único da Assistência Social - PAC SUAS que consolide os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como unidades públicas em todo o território nacional. Renda também é proteção. Queremos a alteração do artigo 5º da Lei nº 14.601/2023, adotando como parâmetro de acesso, não o valor nominal, mas um quarto do salário mínimo. Reajustar o Bolsa Família com base nas referências do reajuste do salário mínimo. A melhoria dos valores da cesta do Programa Bolsa Família e a retirada da renda do Bolsa Família do cálculo que define o acesso ao BPC. Defendemos a transferência da operacionalização do BPC para o MDS, mais recursos para reduzir cada vez mais a espera pela concessão do BPC e do Bolsa Família e o monitoramento dos atendimentos e das concessões, para que sigam as regras previstas nas normas.

Queremos peritas(os) do INSS bem formadas(os), que sigam os critérios de concessão e tratem as pessoas com respeito, e um questionário para que possamos avaliar o atendimento na perícia. Pedimos que as equipes do SUAS façam a inscrição no Cadastro Único de todas as pessoas interessadas e que o atendimento das(os) cadastradoras(es) também seja avaliado. O formulário do Cadastro Único precisa mudar para que tenha um campo de todas as etnias, de acordo com o Decreto nº 6040/2007. Defendemos tradudoras(es) para imigrantes e refugiadas(os). Os valores do aluguel social precisam ser revistos, com melhor acompanhamento das famílias por estados e municípios.

Direito que a pessoa não conhece ou não alcança ainda não virou direito. Queremos acesso facilitado aos programas e benefícios socioassistenciais pela plataforma digital oficial do Governo Federal - GOV.BR, com capacitações e letramento digital facilitado para que ninguém precise pagar advogado para conseguir o que é seu, ou seja, a desburocratização do acesso à informação, ao atendimento e aos benefícios, respeitando as diferentes realidades e derrubando as barreiras ao exercício de direitos. Pedimos horários e formas de atendimento adequados às necessidades da população, intérpretes de Libras nas unidades socioassistenciais e nas agências do INSS, e comunicação direta, contínua e permanente do Governo Federal com usuárias e usuários, com materiais e equipamentos com acessibilidade arquitetônica e eletrônica, em diferentes formatos e canais sobre nossos direitos e sobre os outros programas sociais disponíveis. Defendemos mais apoio às pessoas cuidadoras de pessoas com deficiência, de pessoas idosas; às mães atípicas, com condições para sua participação social, e uma intersetorialidade de verdade, com ações integradas entre as políticas públicas e as secretarias com mecanismos de indução financeira para integração real dos territórios.

Enchentes, secas, vendavais, queimadas, fumaça e rios contaminados já fazem parte da nossa vida. Esses desastres são também socioambientais, porque atingem com mais força quem já vive em vulnerabilidade e aprofundam as desigualdades. Queremos justiça climática, participação nas decisões, recursos para a prevenção e respostas adequadas a cada região. O SUAS pode passar de uma atuação voltada sobretudo à emergência para uma proteção contínua e preventiva, com vigilância socioassistencial forte, articulação entre as políticas públicas e respeito às particularidades dos territórios. Reconhecemos a atuação da Força Nacional do SUAS – FORSUAS junto aos municípios atingidos, da emergência ao pós-emergência, e defendemos que esse trabalho siga apoiado na escuta ativa e na proteção das famílias, porque quem foi atingido tem direito a proteção e jamais pode ser tratado como destinatária(o) de favor. Propomos planos municipais de prevenção e resposta a desastres, com monitoramento e alertas antecipados para vendavais, secas, enchentes e queimadas, construídos com as comunidades, e recursos permanentes e cofinanciamento para que estados e municípios atuem antes, durante e depois dos desastres, com equipes e serviços fortalecidos, planejamento territorial e prioridade para as populações mais vulneráveis. As famílias atingidas precisam de acolhimento, benefícios

eventuais adequados, renda e moradia segura, com respeito aos seus vínculos comunitários. Pedimos mais financiamento para cisternas, reservatórios e outras soluções de acesso à água potável, ações integradas de segurança alimentar e nutricional para garantir alimentação adequada e saudável, sobretudo no Norte e no Nordeste, onde a escassez de peixes e a contaminação das águas já comprometem a mesa das famílias, e estratégias específicas para a Amazônia diante das queimadas, da fumaça, da poluição dos rios, das secas prolongadas e do acesso difícil às comunidades isoladas, a partir do que as(os) próprias(os) moradoras(es) apontam. Defendemos educação ambiental nas escolas e comunidades, sobre descarte de resíduos, preservação dos rios, reflorestamento e consumo consciente, em articulação com as políticas de educação e meio ambiente. E queremos espaços permanentes de escuta e participação na construção, no monitoramento e na avaliação dos planos de enfrentamento às emergências climáticas, para deixarmos de ser apenas destinatários das ações emergenciais e passarmos a decidir sobre a prevenção, a proteção e a reconstrução dos nossos territórios.

A história brasileira deixou marcas profundas nos corpos de povos negros, nos povos originários, povos ciganos, povos e comunidades tradicionais (PCTs), comunidades tradicionais de terreiros e população em situação de rua e a proteção social pode e precisa enfrentar essa herança. O número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu cerca de 88% entre 2020 e 2026, sendo sete em cada dez pessoas negras, o que revela o agravamento das desigualdades sociais e raciais. Defendemos políticas públicas efetivas de moradia, trabalho, educação e assistência social que garantam dignidade, respeito e direitos a essa população. Defendemos um SUAS antirracista, que enfrente as desigualdades territoriais e étnico-raciais, reconheça a diversidade dos povos e comunidades e garanta atendimento digno, equitativo e livre de discriminação. Esse compromisso dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e em especial com o ODS 18, criado pelo Brasil para ligar o desenvolvimento sustentável ao enfrentamento do racismo estrutural, objetivo para o qual o SUAS, como instrumento público de transformação social, pode contribuir de forma decisiva. O SUAS sem Racismo é uma reparação histórica que precisa continuar e se aprofundar até a implementação de uma política de igualdade étnico-racial no SUAS (PERSUAS). Propomos que o CNAS realize reunião com os estados que já atuam nessa pauta, que a gestão da assistência social receba formação antirracista e formação sobre as culturas dos povos ciganos e que o SUAS dialogue com o movimento de mulheres negras. A emergência vivida pelo povo Yanomami mostrou que o trabalho com os povos indígenas precisa respeitar a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com iniciativas concretas como educadoras(es) ou orientadoras(es) sociais do próprio povo atendido e com presença indígena no controle social e em todos os espaços de participação, inclusive nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e na consulta prévia, livre e informada. Queremos a inclusão explícita da população LGBTQIAPN+ nos programas, serviços e benefícios do SUAS, para que essa população se reconheça na política pública. Que a contratação de trabalhadoras e trabalhadores representem a diversidade de cada território e a representação de pessoas com deficiência, pessoas negras, mulheres, mulheres que sofrem violência, e povos indígenas em todas as mesas dos eventos nacionais da assistência social. O III Plano Decenal precisa contemplar a pluralidade das usuárias e dos usuários, incluindo as famílias unipessoais e as diferentes realidades sociais. E pedimos que todos os documentos e espaços do SUAS adotem a expressão “pessoa com deficiência”, abandonando o termo “deficiente”, conquista que veio com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Além disso, queremos um censo da população cigana no Brasil.

Saímos de Brasília com a certeza de que o SUAS é nosso. Reafirmamos nosso compromisso com um SUAS público, universal em sua proteção, democrático e acessível, que reconheça cada pessoa como sujeita(o) de direitos e respeite as diferenças, com políticas articuladas, financiamento adequado, participação social, equidade e justiça social. Levaremos esta carta ao Presidente da República; ao Ministro do Ministério do Desenvolvimento e

Assistência Social, Família e Combate à Fome, ao Instituto Nacional do Seguro Social e às(aos) secretarias(os) da pasta: Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Inclusão Socioeconômica, Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais, Secretaria Nacional de Integração e Articulação de Plataformas Sociais Eletrônicas; aos Ministros: do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social, do Ministério das Mulheres, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Povos Indígenas, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Ministério da Educação, ao Ministro do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Cultura, do Ministério da Defesa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento; a cada CRAS, cada CREAS, cada Centro POP, cada Conselho, cada Entidade Socioassistencial, cada Fórum e cada comunidade deste país. Que nossas vozes sejam ouvidas e nossas propostas se transformem em ações concretas. Um SUAS construído com as usuárias e os usuários, e não apenas para nós, é um SUAS mais justo, mais humano e mais democrático. É esse SUAS que seguiremos construindo, juntas e juntos.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2026.

Usuárias e usuários do Sistema Único de Assistência Social